



Proc. Administrativo 19- 10.207/2025

De: Taiana F. - GP-PG-LIC

Para: GP-PG-LIC - Procuradoria/Licitações

Data: 01/09/2025 às 18:30:49

Setores envolvidos:

GP, ADM-DL-LIC, ADM-DL-COMP, OBRAS, OBRAS-OBRAS, OBRAS-OBRAS-ADM, OBRAS-OBRAS-ENGE, ADM-CCL-CE, GP-PG-LIC, SMF-DC

NOVA LICITAÇÃO (AQUISIÇÃO DE PICADOR/TRITURADOR DE GALHOS)

Prezados,

segue parecer jurídico.

—

Taiana Andressa Ferreira

Anexos:

10207_PARECER_JURIDICO_IMPUGNACOES_PICADOR_TRITURADOR_EMPRESA_ECO_TEC_AMBIENTAL.pc



Processo Administrativo: 10.207/2025

Pregão Eletrônico nº 061/2025

Interessado: Setor de Licitações

PARECER JURÍDICO Nº 334/2025

ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL APRESENTADA SOB O FUNDAMENTO DE IRREGULARIDADES NO EDITAL. IMPUGNAÇÃO IMPROVIDA.

1. OBJETO

Trata-se de pedido de parecer jurídico referente à impugnação apresentada pela empresa ECO-TEC AMBIENTAL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA, quanto ao disciplinado no edital.

O edital objeto do presente processo foi publicado com data de realização do Pregão Eletrônico para 04/09/2025. Contudo, sobreveio impugnação questionando, em suma:

Ausência de qualificação técnica: não teria o edital previsto a exigência de Certificado de Cadastro Técnico (CCT), certificado de adequação à legislação de trânsito (CAT), bem como Laudo de conformidade com a NR-12 e ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.

Em manifestação à impugnação o pregoeiro assim se manifestou:

CAT, NR-12, ART e demais exigências técnicas:

As exigências apontadas pela empresa já constam no edital, especificamente no descritivo técnico do item. O edital determina que o equipamento ofertado deverá:

- Ser certificado como mecanismo operacional junto ao DENATRAN e INMETRO, com Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT).
- Ser entregue com Laudo de Adequação à NR-12 e ART do engenheiro responsável, conforme descrito no item técnico;



– Atender integralmente às normas de segurança, incluindo sistema de corte, proteção, sinalização, controle eletrônico e estrutura rebocável, conforme detalhado no descritivo.

Tais exigências são vinculadas à entrega e conformidade do equipamento, cabendo à fiscalização verificar o atendimento integral às especificações no momento do recebimento. Não se tratam, portanto, de documentos de habilitação jurídica, fiscal ou econômico-financeira da empresa.

CCT – Certificado de Cadastro Técnico

O edital não exige o CCT como documento de habilitação. Contudo, o edital já prevê que o emplacamento será de responsabilidade da contratada, incluindo os encaminhamentos e custos. Assim, cabe à empresa vencedora providenciar todos os documentos necessários para o registro e circulação do equipamento, conforme legislação vigente.

Atestado de Capacidade Técnica

O edital não exige atestado de capacidade técnica, por decisão da Administração, com base no §3º do Art. 70 da Lei 14.133/2021, que permite a dispensa dessa documentação nas seguintes hipóteses: Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser: III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

No presente caso, trata-se de aquisição de bem com entrega imediata, e a exigência de atestado técnico não se mostra necessária, pois não interfere na qualidade do produto ofertado. O edital já contempla critérios objetivos e detalhados para aferição da conformidade técnica do equipamento, o que garante a seleção da proposta mais vantajosa e a segurança na execução contratual.

Pois bem, no tocante as questões jurídicas, as quais competem a esta procuradoria enfrentar, não fora levantado pela empresa, ora impugnante.

É o breve relato.



2. DO ESCOPO DO PARECER JURÍDICO

De início, cumpre esclarecer que compete a essa Procuradoria, única e exclusivamente, prestar assessoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses anormais.

Ademais, segundo a recomendação da AGU, no que se refere à manifestação da Procuradoria Jurídica, conforme previsto no Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

“Enunciado BPC nº 7 A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”

Assim, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

3. DO MÉRITO

Inicialmente, cumpre salientar que a Administração possui discricionariedade para definir, de acordo com a natureza do objeto e as necessidades do interesse público, quais exigências de habilitação e de conformidade técnica são pertinentes e proporcionais,



sempre respeitados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e busca da proposta mais vantajosa.

a) CAT, RN-12 e ART

Verifica-se que tais documentos já estão previstos no edital, no descritivo técnico do item, como condições vinculadas à entrega do equipamento:

Mínimo conjunto Trailer rebocável sendo certificado como mecanismo operacional e ao DENATRAN e INMETRO, com certificado de adequação à legislação de trânsito (CAT) do equipamento ofertado (Art. 30, IV), para permitir o

Garantia de 12 (doze) meses ou 1.000 horas. Manual impresso de fábrica, mínimo 01 um, sendo com partes, peças reposição, manutenções, com Laudo com Adequações a Norma NR 12 e ART do Engenheiro Responsável. Garantia de peças originais e assistência técnica em todo território brasileiro. Entrega técnica com treinamento

Dessa forma, não há omissão. A exigência como condição de recebimento e conformidade é juridicamente adequada, sendo suficiente para garantir a segurança operacional e a regularidade do bem adquirido.

b) CCT (Certificado de Cadastro Técnico)

A ausência de previsão do Certificado de Cadastro Técnico (CCT) como requisito de habilitação não configura qualquer ilegalidade. Isso porque o edital estabeleceu, de forma expressa, que o emplacamento do equipamento e todas as providências administrativas necessárias para sua regular circulação em vias públicas serão de responsabilidade da empresa contratada, incluindo os custos e documentos exigidos pelos órgãos de trânsito competentes.

Nesse contexto, a exigência prévia do CCT como condição de habilitação se mostraria desarrazoada e desproporcional, na medida em que não guarda relação direta com a aptidão da empresa para participar do certame, mas sim com a fase de execução contratual, quando efetivamente ocorrerá a necessidade de registro do bem.



Cumprer destacar que impõe à Administração o dever de observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, vedando a inserção de exigências restritivas que não sejam estritamente necessárias à garantia do objeto.

Assim, ao transferir à contratada a obrigação de apresentar o CCT no momento oportuno, a Administração atende ao interesse público, preserva a competitividade do certame e garante a regularidade do objeto contratado, sem impor ônus excessivo ou restrições indevidas às empresas licitantes.

c) Atestado de Capacidade Técnica

A Administração optou por não exigir atestado, fundamentando-se no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa dessa documentação em hipóteses de contratação para entrega imediata, como ocorre no caso. Ademais, as especificações técnicas do objeto foram descritas de forma detalhada no edital, possibilitando à Administração verificar objetivamente a conformidade do produto, o que atende aos princípios da isonomia, da competitividade e da proposta mais vantajosa.

Cumprer salientar que a exigência de atestado de capacidade técnica tem como finalidade comprovar a experiência prévia da empresa em objetos similares, sendo medida necessária apenas quando a natureza ou a complexidade da contratação demandam essa comprovação. Entretanto, para contratações de bens com especificações objetivas e verificáveis de forma documental, como ocorre no edital em análise, a exigência de atestado se torna desnecessária e até restritiva, pois não influencia na qualidade do produto entregue.

No caso concreto, o edital detalhou minuciosamente as características técnicas do objeto, estabelecendo critérios objetivos para aferição da conformidade do equipamento. Dessa forma, a Administração poderá verificar, de maneira clara e impessoal, se o produto fornecido atende integralmente às exigências.

Assim, considerando que os atestados questionados pelo licitante encontram-se expressamente previstos no item 1.1 do Termo de Referência, documento que integra e



vincula o edital, verifica-se que sua exigência já se mostra plenamente suficiente e legítima, não se tratando de requisito de habilitação técnica.

Dessa forma, esta Procuradoria manifesta-se pelo acolhimento da manifestação realizada pelo pregoeiro (Despacho nº 18-10.207/2025) e pelo consequente improvimento da impugnação apresentada pela licitante.

4. CONCLUSÃO

Deste modo, a Procuradoria **OPINA** por conhecer a impugnação apresentada pela empresa ECO-TEC AMBIENTAL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA, pois tempestiva, para, no mérito, improvê-la pelas razões já explanadas, bem como dar continuidade ao certame nos seus exatos termos.

Estas são as breves considerações sobre os aspectos jurídicos da demanda, cabendo às autoridades administrativas competentes a tomada das decisões que entenderem por adequadas e pertinentes.

É o entendimento que se submete à apreciação superior.

Campo Bom/RS, 01 de setembro de 2025.

Sabrina Diana Geib
Assessora Jurídica do Município
OAB/RS 86.725



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E698-0C33-84CE-8A31

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SABRINA DIANA GEIB (CPF 988.XXX.XXX-68) em 01/09/2025 18:33:06 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/E698-0C33-84CE-8A31>